



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 2/2024

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para apreciação e votação, do Relatório e Contas do ano 2023, assim como o inventário dos bens, direitos e obrigações;**
- 3) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2024;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, com vista à abertura de procedimentos concursais;**
- 5) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 3ª alteração ao mapa de pessoal para o ano 2024;**
- 6) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queirós Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 47 (quarenta e sete) e a ausência de 4 (quatro), a saber:

António Monsanto Glória;

António José Castro Guimarães Moraes;

José Olímpio Moraes Pereira; e

Saúl António Teixeira Pessoa;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deixou um lamento pela exígua presença dos senhores deputados municipais na sessão comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril que teve lugar no Auditório Arte e Cultura Luís Teixeira.

Correspondência recebida

No dia 3 de março de 2024, o Senhor Presidente da Assembleia recebeu um email do antigo deputado municipal, Dr. Eugénio Borges, que aqui se transcreve:

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Valpaços,

Os meus respeitosos cumprimentos à Assembleia Municipal de Valpaços.

No passado dia 24 de Fevereiro, o grupo de caminheiros da Casa do Trabalhador da Empresa Águas e Energia do Porto, EM, empresa onde trabalho, deslocou-se ao nosso Concelho, para percorrer um dos trilhos da Ecovia do Rabaçal, mais concretamente, o troço de Lilela à Praia Fluvial do Rabaçal.

Encantados com a paisagem, com o maravilhoso Rio Rabaçal, com a aldeia do Cachão, com o cantar dos pássaros e convívio com a natureza viva que todo o percurso proporciona, chegamos à Praia Fluvial do Rabaçal, por volta das 13.00 horas.

O intuito deste meu contacto convosco, tem um duplo sentido: em primeiro lugar, agradecer à Câmara Municipal de Valpaços, na pessoa do Sr. Vereador Jorge Mata Pires, que tendo tido conhecimento, de forma informal, que cerca de 55 caminheiros oriundos da cidade do Porto, viriam a Valpaços percorrer a Ecovia, se predispôs a dar o apoio necessário, tendo no final da caminhada, proporcionado uma pequena degustação de Folar de Valpaços no Centro Interpretativo do Rabaçal, sem que nada lhe tivesse sido solicitado, aproveitando assim, para divulgar a Feira do Folar que se irá realizar nos próximos dias 22, 23 e 24 de Março.

Em segundo lugar, aproveitar para reiterar junto dos Senhores Autarcas que o nosso Concelho tem um enorme potencial como todos sabemos. O Caminho está traçado e portanto, devemos tudo fazer para valorizar o nosso território, explorando todo o seu potencial, como é o caso da nossa Ecovia, completada com a excelente oferta de produtos endógenos que temos para oferecer a quem nos procura.

No final da degustação, que volto a agradecer, elogiando também o trabalho, simpatia e amabilidade das Colaboradoras do Município presentes, visitamos a Casa do Vinho e foram muitos os que compraram mel, vinho, azeite, compotas, tendo de seguida rumado à Quinta D. Adelaide para desfrutar de um almoço convívio, que todos apreciaram.

Foi um dia em que o nome de Valpaços foi elevado, partilhado, divulgado, pelo que de melhor tem para oferecer e que certamente trará mais valias no futuro, porque estes visitantes vão certamente voltar a visitar Valpaços e procurar os seus produtos de excelência.

Posso garantir que no próximo ano, ou ainda no Outono deste ano, já se fala em regressar para fazer outro troço, desta feita, da praia fluvial do Rabaçal a Sonim.

Um bem haja a todos e muito obrigado pela forma como nos receberam, em nome da Casa do Trabalhador da Empresa Municipal, Águas e Energia do Porto e sobretudo como Valpacense, Eugénio Leitão Borges

O presidente da Junta de Freguesia de Bouçoães, senhor Eurico dos Anjos, comunicou que se vai fazer representar pelo seu substituto legal, o senhor António Tabuada Taveira

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO.**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, mostrou-se triste por não ter sido convidado para a sessão solene da comemoração dos 50 anos da Revolução.

Enalteceu a bonita homenagem ao Sr. Dr. Amílcar Almeida, em 15 de março, que depois de um trabalho muito meritório como Presidente da Câmara assume agora o lugar de deputado na Assembleia da República.

Destacou a importância de elogiar aqueles que contribuem para o bem comum, deixando também uma palavra de apreço ao Sr. Amílcar Mesquita, que já não está entre nós, e ao Sr. João Cerdeira pela sua dedicação e disponibilidade.

Congratulou-se com a inauguração das obras de requalificação do Santuário de Nossa Senhora da Saúde, no dia 17 de março, que a todos deve orgulhar.

Destacou o Auto da Paixão que se realizou em Sonim, no domingo a seguir à Páscoa, devido ao mau tempo. Deixou uma palavra de apreço ao Sr. Presidente da Junta de Sonim e Barreiros pelo contributo em prol desta iniciativa ancestral.

Por fim, destacou o 50.º aniversário do 25 de Abril, as suas conquistas e a necessidade de preservar os seus valores.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Canaveses, Senhor Enf.º Miguel Valpaços.

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, agradeceu o contributo prestado pela Câmara Municipal na realização do II Evento “Revivendo o Passado”, deixando a promessa de continuar a preservar a cultura e os costumes das gentes da sua freguesia.

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, constatou com tristeza a fraca adesão à sessão extraordinária comemorativa dos cinquenta anos do 25 de Abril. Apesar dos esforços do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia, não compareceram muito deputados, por lapso do convite ou não, como também não compareceu o povo, como também não compareceram muitos dos dirigentes da Autarquia com responsabilidades no poder local. Isto é particularmente relevante na medida que estamos perante o Órgão que representa o clímax que é Abril – é significativo e devia fazer pensar.

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Dra. Isabel Barreira.

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Sem reservas, deixou votos de um bom mandata ao Senhor António Joaquim de Medeiros, que recentemente assumiu as funções de Presidente da Câmara

Felicitou a Câmara Municipal pela realização da Feira do Folar, realçando a importância para quem, como a Sra. Deputada, está fora e pode apreciar a sua terra pela televisão.

Relativamente às comemorações do 25 de Abril, referiu que se deslocou propositadamente de Lisboa para a cerimónia. Registou, ainda, que a responsabilidade pela falta de adesão terá de ser repartida por todos.

Por último, questionou a existência, ou não, de um seguro de grupo de acidentes pessoais que abranja os elementos da Assembleia Municipal, como está legalmente estabelecido.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, elogiou o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia pela sessão comemorativa dos 50 anos do 25 Abril. Considerou um ato honroso principalmente para quem, como ele, viveu as agruras da ditadura.

Lamentou a ausência dos 400 funcionários a quem a Câmara paga e não souberam agradecer.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o negócio dos terrenos contíguos à Adega Cooperativa de Valpaços e pediu agilidade na resolução do problema.

Registou com agrado que a Cooperativa dos Olivicultores já tenha colocado no mercado 3.200.000,00€, resultantes da campanha de novembro, dezembro e janeiro.

Desaprovou a falta de limpeza dos terrenos da freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, lembrando que os incêndios se previnem no inverno. Deu exemplo da aldeia de Avarenta que tem casas no valor de 1 milhão de euros em risco. Registou o estado degradado do barracão à entrada da Silva que não serve para nada, recomendado uma solução com carácter de urgência.

Uma palavra para o atual Ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, que chamou incompetente à antiga Ministra da Agricultura, que terá dito que desconhecia o Projeto do reservatório de Maceiras. Ora, como este Ministro é competente, apelou ao Senhor Presidente da Câmara que promova, agora, as diligências necessárias para a concretização do Reservatório de Maceiras.

Por último, uma palavra de apreço ao senhor Presidente da Junta de Sonim e Barreiros pelo trabalho árduo e competente na realização do Auto da Paixão.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Relativamente às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, referiu que ainda não percebeu se foi enviado um convite ou uma convocatória. Ora, o Senhor Presidente da Assembleia convoca os elementos da Assembleia – é assim que deve ser. Se, de facto, estamos perante um convite, este deveria ser endereçado aos senhores(as) deputados(as), às diversas instituições do Concelho, aos antigos autarcas e outras personalidades de relevo.

Quis esclarecer definitivamente que não é contra as comemorações anuais do 25 de Abril, até porque todos os anos a Câmara Municipal promove iniciativas e atividades que visam comemorar a data. Situação diferente é uma sessão solene que, em seu entender, deve ser realizada a cada 25 anos para não banalizar a data.

O Senhor Deputado confessou que esperava mais gente na sessão solene, no entanto entende que as pessoas com menos de 55 anos não têm memória da vivência na ditadura. A sua preocupação prende-se com o seu nível de vida comparado com os da sua geração que vivem no estrangeiro. Mesmo aqueles com mais de 60 anos que vivem em zonas rurais nunca sentiram essa sensação de opressão.

Considerou que o 25 Abril foi importante na medida que deu início à esperança de uma mudança para uma vida melhor e em democracia que apenas se concretizou dois anos depois.

Intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, **Senhora Dra. Sónia Barreira.**

A Senhora Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, deixou uma palavra de apreço aos “Usprigozus” que organizaram, pela terceira vez, com muito sucesso, uma prova de Enduro a contar para o campeonato do mundo. Tiveram 120 pilotos inscritos, de 16 nacionalidades e de três continentes. Fizeram-se acompanhar por um staff de cerca de 1000 pessoas que durante uma semana fizeram de Valpaços a sua casa com todos os benefícios para restauração, hotelaria, etc. Registrar o prémio atribuído pela Federação Internacional de Motociclismo para melhor organização a nível ambiental, que só foi possível com a colaboração da Proteção Civil Municipal, coordenada pela Eng.^a Carla Cerdeira.

Deixou um agradecimento aos 100 voluntários que prestaram o seu apoio na realização da prova, bem como à Câmara Municipal pela ajuda monetária e logística.

Por último, lembrou que Vilarandelo é a freguesia com mais associações no Concelho, todas a funcionar com base no voluntariado, a quem deixou uma palavra de agradecimento.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres, **Senhor Professor António Silva.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, congratulou-se pelo sucesso de mais uma Edição da Feira do Bolo Podre que teve lugar em Santa Maria de Émeres, no passado dia 3 de março. A Feira contou com 750 caminheiros vindos de todo o país e da Galiza. Contou, ainda, com a habitual atividade cinegética.

Constatou que a Feira é do agrado geral dos visitantes e está em franco processo de desenvolvimento e de crescimento.

Por fim, agradeceu ao executivo municipal o apoio monetário e logístico. Agradeceu, ainda, aos funcionários da autarquia que prestaram serviço na Feira.

Intervenção do **Senhor Presidente da Assembleia** para um esclarecimento:

Em referência à questão levantada pelo Sr. Deputado Vítor Nogaró relativamente à realização da sessão solene por convite ou convocatória, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que esse assunto foi devidamente ponderado e à semelhança de outros concelhos limítrofes, a cerimónia foi realizada por convite.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Dra. Ema Gonçalo**, para um ponto de ordem relativamente à intervenção do **Senhor Deputado Vítor Nogaró**.

A Senhora Deputada referiu que esse mundo rural não sentiu necessidade de liberdade porque não tinha capacidade de intervenção e não tinha conhecimento da realidade. Um norte-coreano está certamente contente com o seu regime porque não conhece mais nada. Um russo de 60 anos está convicto que Putin ganhou legitimamente as eleições com quase 90% dos votos.

A Senhora Deputada mostrou-se preocupada com este saudosismo que agora anda por aí, referindo que não há cidadania sem participação popular.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, **Senhor António Jesus Costa**, para uma interpolação.

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, considerou as palavras do Senhor Deputado Sebastião da Neves, em relação à sua pessoa, inadmissíveis, desafiando-o a fazer melhor. Referiu que não admite a ninguém que ponha em causa o seu trabalho à frente de freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, muito menos alguém que usa um passeio público, de forma ilegal, em benefício do seu negócio impossibilitando a passagem de peões.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Em seguida, referiu que conjuntamente com o Senhor Presidente da Assembleia, como já foi explicado, decidiram optar por um convite em detrimento da convocatória para a realização da sessão comemorativa, até porque, como se viu, corria-se o risco de não haver quórum.

Esclareceu que foram dadas indicações à chefe de Gabinete para convidar todos os deputados municipais e todas as instituições.

Referiu que: “se não fosse graças ao 25 de Abril não estaríamos aqui”

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que trabalhou, com enorme prazer, com o antigo Presidente da Câmara, Dr. Amílcar Almeida, sempre com o máximo rigor e responsabilidade. Referiu, ainda, que privou com o Senhor João Cerdeira e o Sr. Amílcar Mesquita: pessoas de grande disponibilidade e competência.

Referiu que não se deslocou ao Auto da Paixão, em Sonim, porque teve a Bênção Pascal na sua aldeia.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Canaveses, Senhor Enf.º Miguel Valpaços.

O Senhor Presidente da Câmara enalteceu o sucesso da do evento “Revivendo o Passado”, deixando a garantia que no próximo ano continuará ter o apoio da Câmara Municipal.

Resposta à Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu de forma genérica no início da sua intervenção.

Resposta à Deputada Municipal, Senhora Dra. Isabel Barreira.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras de conforto dirigidas à sua pessoa.

Relativamente à Feira do Folar, já foi quase tudo dito ao longo dos últimos anos, nomeadamente a sua importância na economia local e o lugar de destaque que foi conquistando no panorama nacional.

Informou que existe uma apólice de seguros de acidentes pessoais que incluir todos os membros da Assembleia Municipal

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Sebastião da Neves.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a última reunião com a Direção da Adega Cooperativa ainda contou com a presença do Dr. Amílcar Almeida, onde foi solicitada uma avaliação do terreno à Adega Cooperativa, avaliação essa que ainda não chegou à Câmara Municipal.

Relativamente à limpeza dos terrenos na freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, não obstante alguma falha pontual, o Senhor Presidente da Junta tem feito um trabalho meritório.

Relativamente ao Ministro da Agricultura, garantiu que se tiver oportunidade o vai questionar sobre a barragem e sobre muitos outros assuntos.

Resposta à Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhora Dra. Sónia Barreira.

O Senhor Presidente da Câmara juntou-se à Senhor Presidente da Junta no agradecimento aos “Usrigozus”, referindo que sem eles nada disso teria sido possível.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Émeres, Senhor Professor António Silva.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com o sucesso da Festa do Bolo Podre, felicitando o Senhor Presidente da Junta pela iniciativa que vai na VI Edição.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Informação do Presidente da Câmara.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, refere que a informação do Presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e às reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Cabe-me levar ao conhecimento desta Assembleia Municipal uma sumula da situação financeira do município de Valpaços, reportada ao final do mês de março de 2024.

Em sede de «Disponibilidades», no dia 31 de março detinha o município 8.630.060,65 euros, dos quais 6.962,91 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 8.072.262,30 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 1.423.085,52 euros dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos de bens e serviços e empreitadas.

No tocante às responsabilidades perante terceiros, no final do mês de março a dívida a fornecedores era de 34.403,84 euros.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 1.544.079,68 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo contratualizado no âmbito do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, cujo capital em dívida no final do mês de março era de 574.053,56 euros.

Quanto ao endividamento, o limite da dívida total para o ano 2024, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 27.074.243,16 euros e a capacidade de endividamento para o ano 2024 é de 8.180.174,86 euros. Todavia, a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2024, vem permitir, e de forma excecional, que a margem de endividamento seja aumentada para 40%, ou seja, com esta prerrogativa a capacidade de endividamento do município de Valpaços para o ano 2024 é de 12.903.691,93 euros.

Na ótica da execução orçamental, o orçamento inicial do município para o ano 2024, previa um total de receitas e despesas de 23.389.036 euros. Fruto de alterações orçamentais, as dotações corrigidas passaram para 29.979.894,30 euros.

Em março, a receita cobrada bruta fixou-se nos 12.194.552,86 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 40,7%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 4.790.024,20 euros (taxa de execução de 23,2%) e a receita de capital em 829.362,01 euros (taxa de execução de 29,8%).

Ao nível das despesas, foram pagos 4.131.744,41 euros (taxa de execução de 21,63%) de despesas correntes e 915.277,65 euros (taxa de execução de 8,41%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 5.047.022,06 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 16,83%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de março para a gerência de 2024, importam em 16.076.933,51 euros, dos quais foram pagos 5.047.022,06 euros, estando assim por pagar 11.029.911,45 euros de compromissos assumidos.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até março importam em 1.953.516,03 euros, tendo sido paga a importância de 572.869,14 euros, estando assim por pagar 1.380.646,89 euros.

O saldo para novos cabimentos era no final de março de 6.170.386,01 euros, estando assim o PPI cabimentado em 31,69% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de março era de 6,34%.

No âmbito do equilíbrio orçamental previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No final de março de 2024, o equilíbrio orçamental ao nível da execução financeira estava a ser cumprido.

No tocante aos processos judiciais em curso que contra o município incorrem, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (Atualmente Águas do Norte) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, há outros processos que aguardam decisão judicial, nomeadamente:

- O processo respeitante a um acidente ocorrido no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do folar» realizado em 28/03/2010, que estão a ser reclamados 275 mil euros;
- O processo respeitante à construção da casa mortuária de Rio Torto, que estão a ser reclamados cerca de 5 mil euros de danos causados numa habitação contígua;
- O processo respeitante às obras da zona envolvente ao Centro Escolar de Valpaços (Acesso a propriedades), em que um subempreiteiro está a exigir da autarquia 32.213,57 euros de obra realizada, tendo a autarquia efetuado o pagamento empreiteiro adjudicatário e que este não regularizou junto do subempreiteiro.

Relativamente aos apoios monetários concedidos às Juntas de Freguesia, até ao final do mês de março, a câmara municipal deliberou apoios, no âmbito do regulamento de apoio às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante global de 181.652,13 euros.

Quanto às empreitadas, trazemos em execução 13 empreitadas adjudicadas no montante global de 1.639.368,35 euros, tendo já sido executados 647.777,72 euros (39,51%), estando por executar 991.590,63 euros (60,49%).

Foram lançados 13 concursos de empreitada, estando os mesmos para adjudicação assim que concluídos os procedimentos concursais, num valor estimado de 984.239,76 euros.

O estado das obras no final do mês de março, era o seguinte:

Nome da Obra	Cabimento			Compromisso			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar	OBS
	N.º	Data	Valor	N.º	Data	Valor				
Requalificação da antiga escola primária de Vilarandelo	2561	05/08/2022	482 300,00	3108	06/09/2022	482 300,00	SOTERRA, LDA	260 749,57	221 550,43	Auto 14
Casa mortuária em S. Pedro de Veiga de Lila	729	08/03/2023	101 707,00	1247	27/04/2023	101 707,00	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.	36 119,64	65 587,36	Auto 4
Casa mortuária em Ribas	797	09/03/2023	117 130,21	1310	08/05/2023	117 130,21	André Rodrigues Ribeiro, Construções, Sociedade Unip, Lda.	44 141,58	72 988,63	Auto 6
Pavimentação do caminho que liga Valongo a Ervões	803	10/03/2023	383 439,60	1203	19/04/2023	383 439,60	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS	135 653,50	247 786,10	Auto 8
Construção de um parque de autocaravanas na envolvente da antiga escola P3 de Valpaços	635	28/02/2023	187 565,19	1075	10/04/2023	187 565,19	Engivalmendes	85 433,86	102 131,33	Auto 10
Parque de recreio e lazer em Santa Valha - 2ª fase	1640	31/05/2023	164 964,31	2162	07/07/2023	164 964,31	Soterra, Lda.	48 067,06	116 897,25	Auto 6
Reconstrução de um muro de suporte no logradouro do jardim de infância de Veiga de Lila	1442	16/05/2023	21 526,76	1980	26/06/2023	21 526,76	Tâmega Trans, Lda.	0,00	21 526,76	Ainda não tem auto
Pavimentação de CM 1115 na saída de Tazém para Cabanas	1952	06/07/2023	46 229,25	2490	07/08/2023	46 229,25	Custódio Pereira Areias Tender, S.A.	21 907,55	24 321,70	Auto 2
Requalificação e beneficiação do CM 1092, entre a EN 103 e Vilartão	1990	07/07/2023	39 899,46	2509	11/08/2023	39 899,46	Custódio Pereira Areias Tender, S.A.	15 704,96	24 194,50	Auto 1
Construção de um muro de suporte no Crasto, num caminho que liga à EM 551	573	02/02/2024	19 579,26	797	11/03/2024	19 579,26	Vertival, Construções Lda.	0,00	19 579,26	Ainda não tem auto
Arranjo da zona envolvente ao edifício da Proteção Civil	799	28/02/2024	49 999,99				Custódio Pereira Areias Tender, S.A.			Está para ser adjudicada
Construção de um pontão em Tinhela junto ao cemitério	814	28/02/2024	25 994,83							Está em concurso
Arranjo envolvente ao edifício de alojamento local em Possacos	796	28/02/2024	29 994,03				Custódio Pereira Areias Tender, S.A.		26.546,91	Está para ser adjudicada
Reabilitação do edifício do BUPI	801	28/02/2024	49 226,40							Está em concurso
Arranjo da zona envolvente à escola Professor José Ribeirinha Machado em Vilarandelo	822	29/02/2024	49 933,42							Está em concurso
Construção de sanitários/balneários em Vassal	803	28/02/2024	122 992,86							Está para ser adjudicada
Adaptação da escola primária de Ervões em centro de convívio	804	28/02/2024	49 339,85	1224	16/04/2024	49 339,85	Engivalmendes - Construção Civil e Soluções de Eng., Lda.	0,00	49 339,85	Ainda não tem auto
Reparação e conservação do lagar de azeite em Vilarandelo	807	28/02/2024	7 944,70	993	25/03/2024	7 944,70	Carmino Carneiro Capelas, Unip. Lda.	0,00	7 944,70	Ainda não tem auto
Colocação de Rails na ligação Argeriz - Midões	935	12/03/2024	17 742,76	1150	10/04/2024	17 742,76	Jomarfa - Sinalização e Segurança Rodoviária, Lda.	0,00	17 742,76	Ainda não tem auto
Arranjo envolvente ao edifício da antiga escola primária de Vilarandelo	1044	20/03/2024	181 711,83							Está em concurso
Abastecimento de água em Monsalvarga	1083	25/03/2024	70 421,52							Está em concurso

Pavimentação junto ao pontão do CM 1099 que liga Tinhela a Agordela	1193	04/04/2024	89 860,76						Está em concurso
Requalificação do cemitério novo de Valpaços	1221	08/04/2024	36 238,75						Está em concurso
Beneficiação do cemitério velho de Valpaços	1222	08/04/2024	182 290,32						Está em concurso
Construção de parque infantil na escola EB1/JI Professor Ribeirinha Machado em Vilarandelo	1229	11/04/2024	18 761,35						Está em concurso
Arranjos urbanísticos em Argeriz	1288	18/04/2024	76 813,70						Está em concurso
TOTAL			2 623.608,11		1 639.368,35		647 777,72	991.590,63	

Informar que foi promovida a abertura de um procedimento de contratação pública em 9 de março de 2024, com vista à aquisição de serviços de limpeza de bermas, tendo o referido procedimento sido adjudicado a 19 de abril de 2024, ao operador económico – «Anteros Empreitadas», pelo valor de 72.236,36 euros, aos quais acresce IVA. O início do contrato está previsto para o próximo dia 15 de maio, com término a 30 de junho, isto se as condições climatéricas assim o permitirem.

Há trabalhos de limpeza de bermas que estão atualmente a ser executados, fora do concurso público, no âmbito das equipas de intervenção da CIM, nomeadamente na zona de Vilarandelo a Santa Valha, Sá a Tinhela, Agordela, e outras localidades naquela parte do concelho.

Dar nota, e igualmente no sentido de responder à Sra. Deputada, Dra. Ema, quando na sessão do mês de fevereiro, questionou acerca do número de funcionários da Câmara Municipal, dizer a esta Assembleia que a Câmara Municipal, na presente data, tem no seu quadro de pessoal em exercício efetivo de funções, 359 trabalhadores, o que inclui o Agrupamento de Escolas e o Centro de Saúde. Ao nível dos contratos de avença, estão contratualizados 132 prestadores de serviços.

Como tem sido hábito, farei uma súmula do desempenho dos serviços camarários do ano 2024, até à presente data.

Serviços Realizados no Espaço de Cidadão

De 1 de janeiro até ao dia 22 de abril, foram realizados 790 serviços, dos quais:

- **160 no âmbito do IMT;**
- **394 no âmbito da Agência de Modernização Administrativa (para revalidação do CC, alteração de morada e chave móvel digital);**
- **236 na ADSE – Pedidos de reembolso de despesas de saúde.**

Casa do Vinho e Loja Interativa de Turismo

De 1 de janeiro até ao dia 22 de abril o nº de total de visitantes foi de 1 200, tendo sido promovidas vendas no valor de 5.136,89 euros. Vendas essas, por conta dos promotores dos produtos.

Licenças de construção, comunicações prévias e loteamentos emitidos

Entre janeiro e abril de 2024, foram emitidas 21 licenças de construção, das quais:

- ***16 com a finalidade de habitação unifamiliar;***
- ***1 com a finalidade de habitação colaborativa;***
- ***1 com a finalidade de armazém agrícola;***
- ***1 com a finalidade de edifício de habitação coletiva;***
- ***2 com a finalidade de serviços.***

Ao nível dos serviços do BUPi, desde 6 de setembro de 2021 (data da sua abertura)

Num total de 102 800 matrizes rústicas existentes no concelho de Valpaços, 24 891 já foram georreferenciadas, ou seja, praticamente ¼. Desde a sua abertura, já foram atendidos no balcão, 4.025 promotores.

Esta dinâmica do BUPi está em média com o que se tem vindo a desenvolver ao nível do Alto Tâmega e Barroso.

Em 2024, já foram feitos 840 atendimentos e 1 386 georreferenciações.

Registo de Atendimentos do Gabinete de Promoção ao Investimento

De 2 de janeiro a 22 de abril, foram registados 139 atendimentos para:

- ***Elaboração e submissão de processos de licenciamento industrial;***
- ***Renovação do Estatuto de Agricultura Familiar e utilização de recursos hídricos;***
- ***Registo e obtenção de marcas de certificação para produtos do concelho de Valpaços;***
- ***Divulgação e apoio no Concurso de Ideias "Empreender no Alto Tâmega e Barroso";***
- ***Apoio na elaboração de candidaturas ao financiamento do IEFP;***
- ***Serviços de apoio aos beneficiários dos Fundos Europeus (Balcão dos Fundos e Linha dos Fundos);***
- ***Apoio à criação de novos projetos empresariais (Medida Empreende XXI);***
- ***Apoio ao regresso de emigrantes a Portugal (Programa Regressar);***
- ***Apoio digital no registo de empresários no Balcão 2020;***

- ***Suporte na preparação e envio de pedidos de pagamento ao IFAP para projetos aprovados no âmbito do PDR2020.***

Relembrar todos os presentes, que no próximo mês de maio, mais concretamente nos dias 17, 18 e 19, ocorrerá a 3ª edição (em Valpaços) da «Feira Nacional de Olivicultura - OliValpaços».Pelo que estão já todos formalmente convidados a estarem presentes.

Teremos, e para os amantes do desporto automóvel, a edição da prova «Baja TT Norte de Portugal», para os dias 7, 8 e 9 de junho.

Protecção Civil

Foram comunicadas ao Serviço Municipal de Protecção Civil, desde o dia 1 de janeiro, 8861 queimas de sobrantes. O Município, através do número fixo, depois de direccionado para a Protecção Civil Municipal, preenche o formulário das comunicações na plataforma do ICNF. A comunicação de queima de sobrantes é obrigatória e gratuita.

□ De acordo com os dados fornecidos pela GNR, no âmbito da fiscalização da execução das faixas de gestão de combustível, no ano de 2024, em Valpaços, foram assinalados 36 pontos de incumprimento, inclui rede viária, rede elétrica e aglomerados populacionais. O prazo de execução termina dia 30 de abril. Neste âmbito, a E-redes comunicou que vai iniciar a execução das faixas de gestão de combustíveis associadas às linhas de média e alta tensão nos próximos dias.

□ Atendendo ao aumento exponencial de ninhos de vespa asiática, muitos deles em árvores de grande porte, o Município adquiriu um dispositivo que permite inocular o inseticida nestas situações. A partir da 2.ª quinzena de maio, iniciaremos os trabalhos de destruição dos ninhos, sendo sinalizados os que sofreram intervenção, através de um folheto da Protecção Civil;

□ No próximo dia 3 de maio, vão-se realizar, no Pavilhão Multiusos, as 1ª Jornadas Técnicas das Equipas e Brigadas de Sapadores Florestais do Alto Tâmega. Nestas jornadas prevê-se o envolvimento aproximadamente 245 participantes: as 38 equipas de Sapadores Florestais, os técnicos coordenadores e as 22 entidades titulares. No evento serão abordados temas como as comunicações via rádio, silvicultura preventiva estrutural, segurança e comportamento do fogo.

□ No dia 18 de Abril, recebemos pelo 4.º ano consecutivo, a realização das provas físicas das equipas de intervenção permanente, afetas aos corpos de Bombeiros da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

2 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para apreciação e votação, do Relatório e Contas do ano 2023, assim como o inventário dos bens, direitos e obrigações.

O dever de prestar contas é comum na generalidade das organizações, publicas ou privadas, nacionais e internacionais.

A Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico das autarquias locais, estabelece no seu artigo 25º as matérias de competências de apreciação e fiscalização, entre elas a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas.

O Relatório e Contas espelha a execução do orçamento do Município de Valpaços, a sua situação económico-financeira e o seu desempenho, estando devidamente organizado nas 3 óticas contabilísticas, nomeadamente a parte orçamental, patrimonial e a dos gastos por funções. É um documento de leitura fácil e aprazível, mesmos para os que não dominam esta temática dos números.

Tentarei sintetizar a leitura atenta que fiz ao relatório, como certamente os membros desta assembleia também o fizeram.

O orçamento para o ano de 2023, prevendo inicialmente uma dotação de 20.453.668 euros, foi objeto de reforços orçamentais ao longo da gerência, passando as suas dotações corrigidas, ou seja, a sua dotação final, para os 26.033.694,29 euros, evidenciando um aumento de 5.580.26,29 euros. Para este reforço, contribuiu maioritariamente o saldo da gerência do período de 2022, no valor de 5.149.107,21 euros, que foi incorporado no orçamento do ano 2023, após as devidas prerrogativas e autorizações concedidas pelos órgãos autárquicos.

A taxa de execução da receita revelou-se muito positiva, tendo atingido os 111,25%, bastante superior à taxa de execução da despesa que se fixou nos 85,89%.

O regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, determina que se durante dois anos consecutivos a taxa de execução da receita for inferior a 85%, são informados, pela DGAL, os membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os senhores Presidentes dos órgãos executivo e deliberativo. Como puderam verificar, o município de Valpaços deu cabal cumprimento à disposição legal do regime financeiro das autarquias locais.

Embora ligeiramente menor do que o montante alcançado na gerência de 2022, no ano 2023 verificou-se igualmente uma poupança corrente no valor de 3.589.274,01 euros, que permitiu financiar despesas de investimento com o recurso a fluxos de natureza corrente, ou seja, conseguiu-se financiar 55,75% das despesas de capital recorrendo-se ao superavit corrente.

Ao nível da receita fiscal, os impostos diretos foram responsáveis pela arrecadação de 2.067.252,69 euros, notando-se um aumento de receita no montante de 58.0862,53 euros relativamente ao ano 2022, e um aumento de 261.804,67 euros face ao ano 2021.

De referir que ao nível dos impostos diretos, no IMI o município tem a faculdade de determinar a sua taxa, que como saberão é de 0,3%, ou seja, a taxa mínima prevista no Código do IMI. Ao nível do IMT, o município de Valpaços, único na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, aprovou na sessão do mês de dezembro deste órgão, uma proposta que se consubstancia na isenção de IMT, não de 3, mas para 5 anos, observadas as condições do Programa Mais Habitação, do prédio destinado à habitação própria e permanente dos agregados familiares, que certamente alivia o orçamento de algumas famílias.

No âmbito da execução da receita corrente, o capítulo responsável pela maior arrecadação foi o das transferências correntes, representando 66,45% da receita corrente arrecadada.

Do Orçamento do Estado foram arrecadados 12.620.367,13 euros, o que já contempla o envelope financeiro advindo da descentralização das competências nas áreas da saúde, educação e ação social.

Todavia, não deixarei de assinalar a verba arrecadada no capítulo dos «Rendimentos de propriedade» no valor de 1.664.981,60 euros, que resultam da distribuição de dividendos das empresas participadas pelo Município, nomeadamente das eólicas, assim como das rendas auferidas, nomeadamente dos terrenos onde está instalado o parque fotovoltaico de Valpaços e da renda de concessão paga pela e-redes.

Com a venda de bens e serviços arrecadou a Câmara Municipal 1.432.948,52 euros, derivados sobretudo da venda de água, da tarifa de disponibilidade e da tarifa de resíduos sólidos.

Na execução orçamental da receita de capital, foram arrecadados 4.300.006,95 euros, entre eles, a venda de lotes de terrenos, onde se arrecadou 119.683,26 euros; do orçamento do Estado, sob a forma de receita de capital, foram recebidos 2.391.476,25 euros; da Iberdrola, no âmbito das contrapartidas da construção de barragens na bacia do Tâmega, recebeu-se 27.368,91 euros; e de fundos comunitários foi arrecadada a verba de 1.746.252,22 euros, representando 42% da receita de capital, nomeadamente pela execução de 16 projetos cujo detalhe consta do Relatório.

Se compararmos a execução orçamental dos últimos três anos, constatamos que a receita arrecadada subiu 2.580.945,58 euros, sendo certo que, e na sequência da descentralização administrativa de competências, foram recebidos 1.568.365,35 euros. Se expurgarmos este montante, o aumento ficar-se-ia pelos 1.012.580,23 euros, o equivalente a cerca de 5%, valor esse que ficou aquém da variação da taxa de inflação que no ano transato rondou os 10%.

Referir que no ano 2023 não houve recurso a empréstimos bancários ou a contratos de locação financeira.

Ao nível da execução orçamental da despesa, foram pagos 22.361.140,07 euros. No triénio (2021 – 2023) notamos um aumento da despesa de 3.273.639,76 euros, valor superior ao aumento da

receita para igual período. Dizer que neste aumento da despesa já se encontra refletido o processo de descentralização de competências da Administração Central para a Local.

No capítulo das despesas com o pessoal, foram pagos 8.767.389,75 euros, nas várias rubricas que compõe a despesa com o pessoal. Face à previsão inicialmente traçada em outubro de 2022, quando se procedeu à aprovação do Orçamento para o ano 2023 no órgão executivo, verifica-se um desvio de 0,02%, ou seja, de 1.939,25 euros, o que denota o rigor na elaboração do orçamento do município.

As despesas com o pessoal absorvem 44,95% do total da receita cobrada líquida, e são responsáveis pelo consumo de 36,83% da receita total cobrada. No triénio, as despesas com o pessoal aumentaram 45,56%, ou seja, 2.744.498,20 euros. Refira-se, e como já se deu a devida nota, este aumento reflete a despesa com o pessoal que adveio do processo de descentralização de competências. A área setorial da educação foi assumida em abril de 2022 e a da saúde em março de 2023.

Na aquisição de bens e serviços, foram despendidos 4.574.459,90 euros.

No âmbito da execução das despesas de capital, foram pagos 6.437.738,89 euros, valor que ficou aquém em cerca de 2 milhões de euros em relação à gerência de 2022.

Em relação às fontes de financiamento do investimento, o Orçamento do Estado representa cerca de 55% das fontes de investimento. Os fundos comunitários tiveram uma redução em relação à gerência de 2022 de 424.381,59 euros, fruto da diminuição de projetos cofinanciados.

Ao nível das transferências de capital, despendeu o Município 689.243,86 euros destinados às juntas de freguesia e instituições sem fins lucrativos, no âmbito das suas atribuições e competências.

Na amortização de passivos financeiros, o capital em dívida a 31 de dezembro de 2023 era de 1.622.620,85 euros, ou seja, uma redução de 481.801,58 euros em relação ao capital em dívida no final da gerência de 2022. Fazemos notar um acréscimo, derivado do aumento da taxa diretora - Euribor, na componente dos juros pagos, fixados em 63.051,71 euros.

Relativamente ao saldo orçamental, o saldo que advinha da gerência de 2022 era de 5.149.107,21 euros e o saldo que transitou para a gerência de 2024, foi de 6.590.858,30 euros, disponibilidade financeira essa que, com o recurso a uma revisão orçamental concretizada no passado mês de fevereiro, já foi introduzida na execução orçamental do ano de 2024, maioritariamente para a concretização de projetos de investimento.

Em 2023 foi alcançado um excedente orçamental no valor de 3.719.029,54 euros, o que significa que as receitas cobradas permitiram pagar a totalidade dos compromissos assumidos para o ano de 2023. Os compromissos globais assumidos na gerência de 2023 foram de 28.784.038,16 euros, tendo sido pagos 22.361.140,07 euros, ficando por pagar 6.422.898,09 euros de

compromissos assumidos. A assunção de compromissos não significa que tenham de ser no imediato pagos, dependem, naturalmente, da execução física, nomeadamente das empreitadas. Atendendo a que o saldo da gerência é de 6.590.858,30 euros, valor superior ao montante dos compromissos por pagar, podemos concluir que não houve a assunção de dívida pública.

No âmbito da execução do Plano Plurianual de Investimentos, foram pagos 5.266.693,45 euros, distribuídos pelas funções gerais, funções sociais, funções económicas e em outras funções.

Em termos de tesouraria, no final do ano de 2023, detinha o município 8.086.225,54 euros em disponibilidades financeiras, sendo que, 1.495.367,24 euros são considerados como operações não orçamentais; dinheiro que não é da autarquia, está a servir de caução concretamente no âmbito da execução de empreitadas de obras públicas.

A dívida do município, e não a totalidade do passivo, era reduzida, fixando-se nos 1.753.530,70 euros, em que ao nível dos empréstimos fixava-se nos 1.622.620,85 euros e a fornecedores devia-se 130.909,85 euros. De assinalar a redução de 20,56% ao montante da dívida em relação ao ano de 2022. Uma dívida reduzida permite uma maior flexibilidade para lidar com despesas inesperadas ou urgentes de resolução, como foi o caso recente da Covid 19, em que o município deu uma resposta célere na atribuição de apoios financeiros e no combate à pandemia.

No desempenho económico e financeiro, o Município possuía um total do ativo de 112.454.000,60 euros, um total de passivo de 9.356.803,80 euros, ou seja, o equivalente a 8,3% do ativo líquido, e no património a importância de 103.097.196,80 euros.

De esclarecer que o passivo é uma obrigação financeira, que quando exigível terá de ser paga. Enquadra-se nesta obrigação, nomeadamente o contrato de concessão da e-redes, que na eventualidade do município exercer o direito ao resgate da concessão, teria de onerar a e-redes em 3.959.789,85 euros; assim como, e no caso das cauções retidas terem de ser no imediato libertadas, a importância a desembolsar seria de 1.495.239,53 euros. Todos estes montantes são potenciais desembolsos, e não dívida propriamente dita como é o caso dos fornecedores e dos empréstimos bancários.

Na demonstração de resultados, verifica-se um resultado positivo de 513.262,63 euros.

Como todos saberão, as demonstrações financeiras do Município de Valpaços são auditadas por auditor externo, nomeado por esta Assembleia, tendo o revisor emitido a sua opinião, na usual Certificação Legal das Contas, onde menciona duas reservas por desacordo. Uma delas relacionada com os processos judiciais entre o Município de Valpaços e as Águas do Norte, onde se discute a obrigatoriedade de pagar consumos mínimos. E a outra reserva diz respeito ao contrato de concessão celebrado entre o Município e a e-redes, em que a informação que é disponibilizada pela e-redes ao Município, é considerada pelo revisor, e por recomendações da

sua ordem profissional, como insuficiente para que o Município possa registar contabilisticamente todo o património que se encontra afeto à concessão.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, referiu que o documento está tão bem elaborado e tão bem explicado que nem era necessário tecer grandes comentários, no entanto referiu:

“Na sessão desta Assembleia, em fevereiro último, apreciamos e votamos o mapa de desempenho orçamental do ano 2023 para se poder incorporar o saldo de gerência no orçamento de 2024, o que veio acontecer na mesma sessão de fevereiro. Aquando da aprovação do saldo da conta de gerência, a que se refere este relatório, no montante de 6.590.858, 00€ para serem incorporados ao exercício deste ano, já apreciamos os montantes das diversas rubricas quer no capítulo das receitas quer no capítulo das despesas, não tínhamos, contudo, comparação com os anos anteriores e os desvios entre o orçamentado e o executado. No capítulo das receitas temos as correntes, que tinham um orçamento final corrigido de 17.873.438,00€ e foram executados 19.512.675,00€, o que corresponde a uma taxa de execução de 109,17%. Nestas receitas destacam-se as transferências do Orçamento de Estado que tiveram um acréscimo referente ao valor orçamentado de 501.252,00€, devido ao pacote financeiro atribuído ao Município aquando das transferências de competências na área da Saúde. Os rendimentos de propriedade que inclui a participação em sociedades ligadas à produção de energia bem como o montante cobrado à EDP pela utilização do domínio público. Esta sub-rubrica teve um acréscimo de 441.818,00€, comparado com o valor inicial. Os impostos diretos também subiram 206.000,00€, comparado com o orçamentado e subiram 58.862,00€, em relação a 2022. Na sub-rubrica outras receitas correntes também houve um acréscimo significativo de 501.252,00€, sendo a maior fatia de 455.000,00€, referente ao parque fotovoltaico do Cabeço. Nas receitas de capital destaca-se a transferência do Orçamento de Estado no valor de 2.391.476,00€ e os fundos comunitários no valor de 1.746.252,00€, onde se destaca o santuário de Nossa Senhora da Saúde com 1.179.802,00€.

No capítulo das despesas, temos a despesa corrente com uma execução de 95,85%, o que representa gastos a menos em relação ao orçamentado. A sub-rubricas são as despesas com o pessoal com 8.767.390,00€, sendo inferiores às de 2022, a aquisição de bens e serviços no valor de 4.574.460,00€, e as transferências correntes no valor de 2.315.574,00€. Relativamente às despesas de capital temos um valor executado de 6.437.730,00€, sendo 5.266.693,00€, na sub-rubrica aquisição de bens de capital que são os bens de domínio público onde estão os projetos do PPI. As transferências de capital para as instituições sem fins lucrativos e juntas de freguesia num total de 689.243,00€ e a sub-rubrica de passivos financeiros com 488.801,00€ que diz respeito a amortização da dívida. Os saldos das contas deste ano no montante de 6.590.858,00, já foi incluído no orçamento deste ano com a revisão orçamental do mês de fevereiro. Acreditamos que o orçamento de 2023, que este relatório se refere foi executado com rigor, com prudência, respeitando todos os princípios de uma boa gestão, por isso votarei a favor.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE PELOS 38 ELEMENTOS PRESENTES NO MOMENTO DA VOTAÇÃO.**

3 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2024

A revisão orçamental que vem hoje aqui a esta Assembleia, prende-se com a necessidade de introduzir 3 novos projetos ao nível do Plano Plurianual de Investimentos. Dois desses projetos, são respeitantes a revisões de preços que são devidas no âmbito da execução das obras na envolvente ao Santuário de Nossa Senhora da Saúde, em Valpaços. Para que as mesmas possam ser liquidadas, é necessário que se enquadram nos documentos previsionais do ano de 2024.

A outra obra, que já teve enquadramento no PPI do ano 2023, e que por não ter tido interessados no âmbito do procedimento de contratação pública – ficou deserto, não foi executada.

Atendendo a que se mantém a vontade de executar esta empreitada, e pelo facto da mesma não ter sido contemplada no orçamento do corrente ano, que lembro que foi aprovado em novembro de 2023, trazemos aqui esta alteração, introduzindo a obra que se pretende concretizar.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada, lembrou que o PS não aprovou o PPI, no entanto não vota contra obras específicas. Em bom rigor só estamos perante um projeto novo que é o caminho do Rula. Temos sim uma revisão de preço que não tinha dotação o que levou a questionar se esta revisão resulta de atrasos na execução dos projetos ou por efeitos da inflação e se poderia ter sido calculada aquando da adjudicação. Deu ainda nota da anulação de um projeto para construção de um armazém no cemitério velho, no valor de 35.100,00€.

Por fim, questionou se os senhores presidentes de junta estão confortáveis com a redução de transferências de verbas para as freguesias no montante de 80.740,00€, conforme consta na proposta.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

4 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, com vista à abertura de procedimentos concursais.

Esta proposta que vem aqui à discussão e aprovação não é nova, como certamente se recordaram, na passada sessão do dia 29 de setembro de 2023 a Assembleia Municipal já se pronunciou favoravelmente sobre este assunto. Todavia, e atendendo a que as empreitadas objeto do pedido de autorização para a assunção da plurianualidade dos compromissos não terem tido qualquer execução, nem sequer foi promovido o lançamento dos seus concursos públicos, em virtude de um dos projetos estar a ser revisto por uma comissão de avaliação distinta dos autores do projeto, como a Lei assim o impõe, o que tem atrasado o lançamento da obra a concurso. Refiro-me, concretamente, à «Ampliação e reconversão do centro de dia de Fornos do Pinhal para ERPI».

Relativamente à empreitada de «Requalificação e ampliação do pavilhão multiusos de Valpaços», estamos a aguardar a sua aprovação no âmbito de uma candidatura ao Portugal 2030. Atendendo a que os montantes que estariam envolvidos no pedido para assunção de compromissos plurianuais já estarem temporalmente desajustados, por prudência, e mais ainda porque ambas as empreitadas estão sujeitas a visto prévio do Tribunal de Contas, promovemos a

feitura de um novo pedido de autorização para a assunção de compromissos plurianuais que hoje vem aqui a aprovação.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

5 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 3ª alteração ao mapa de pessoal para o ano 2024.

A estrutura do quadro de pessoal da autarquia, tem vindo a ser modelada em função das necessidades de recrutamento de pessoal, ainda mais com a assunção das novas competências que o município tem vindo a assumir fruto do processo da descentralização de competências da Administração Central para a Local.

A proposta que hoje vem aqui à aprovação, aprovada pelo Executivo camarário em 31 de março, consubstancia-se na criação no mapa de pessoal da Câmara Municipal de 7 lugares, dos quais 2 com recurso à mobilidade intercarreiras, sendo um para a categoria de Técnico Superior e o outro para Assistente Técnico.

Tem vindo a ser prática na Câmara Municipal, nas circunstâncias previstas na Lei, a promoção do pessoal como uma forma da sua valorização e incentivo a uma eficiente prestação do trabalho. Com este propósito, pretende-se valorizar o pessoal, investindo no seu crescimento profissional, garantindo um melhor serviço público em prol da comunidade.

Os concursos para recrutamento estão a ser executados, tendo o município recorrido, quer internamente, quer externamente, a entidades credenciadas em matéria de recursos humanos.

Espero que esta seja a última alteração ao quadro de pessoal do ano 2024, atendendo a que tudo que era necessidade permanente já se encontra previsto nas várias unidades orgânicas do município.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada, confessou que já perdeu a conta às alterações ao mapa de pessoal. Calcula que já vamos na terceira alteração. É verdade que a Câmara Municipal tem uma responsabilidade social e o PS não votará contra.

Quando se diz que é necessário reforçar os quadros do pessoal por via da assunção de competências na área da saúde e educação, a Senhora Deputada questiona se não existem funcionários vindos dessas valências.

Supondo-se que estas alterações visam a resolução de situações de trabalhadores precários, não deixa de ser curioso ver certas fundamentações que se adequam à vaga dos candidato, ou seja: são os chamados fatos à medida. Não deixa de ser curioso que a Câmara Municipal esteja a recrutar um técnico superior licenciado em Ciências Religiosas.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

A intenção do legislador quando promoveu a reforma do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, consistia, sobretudo, em promover a reabilitação e renovação de áreas de vocação urbana, merecendo uma atenção particular as zonas urbanas antigas, cuja conversão, recuperação e readaptação constituem um verdadeiro imperativo nacional.

Todos são conhecedores, que sobretudo nas zonas históricas e nos bairros mais antigos das cidades, grande parte dos imóveis estão ao abandono, a degradarem-se, e muitos deles até constituem um perigo aos transeuntes.

A criação de áreas de reabilitação urbana acabam por ser um incentivo, sobretudo de índole fiscal, para que proprietários, promotores imobiliários e autarquias, investiam nessas áreas, revitalizando o património imobiliário edificado.

Ainda mais, com o problema com a habitação que existe hoje em Portugal, a necessidade de reabilitar essas áreas é premente.

A delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana hoje aqui em discussão, é transversal há maior parte das localidades do concelho de Valpaços, ou seja, face à delimitação que se concretizou no ano 2021, que se restringia aos perímetros urbanos da cidade de Valpaços e das Vilas de Carrazedo de Montenegro e Vilarandelo, esta proposta de aplicação do mecanismo de

reabilitação urbana aplicar-se-á, para além da cidade de Valpaços e das Vilas de Carrazedo e Vilarandelo, a todas as sedes de freguesia do nosso concelho.

A execução das áreas de reabilitação urbana serão consubstanciadas através de Operações de Reabilitação Urbana, cujos projetos de arquitetura terão de obter a pronúncia da Câmara Municipal.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Por último, o **Senhor Presidente da Câmara** deixou um pedido de desculpas aqueles que não receberam o convite para a sessão solene das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e pediu que se dirigissem à chefe de gabinete para esclarecer o sucedido e atualizar, se necessários, os endereços de email e contactos telefónicos.

Sendo dezassete horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queirós Simões